

## Desenvolvimento Social e Dimensões da Pobreza:

Uma Análise do Índice  
de Desenvolvimento das Famílias (IDF)  
na Microrregião de Bocaiúva-MG

**Fabício Fontes de Andrade<sup>1</sup>**  
**Carlos Roberto Pereira Dias<sup>2</sup>**

### Resumo

---

O presente artigo tem como centro de discussão analisar o processo de desenvolvimento social a partir das perspectivas da qualidade de vida e da promoção do bem-estar-social, bem como abordar as diversas dimensões da pobreza tendo em vista a expansão das liberdades humanas. Assim, analisa-se o indicador sintético IDF que abarca diversas dimensões da pobreza e de desenvolvimento social enquanto superação das privações e vicissitudes da vida em sociedade.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Social. Pobreza. Liberdades Substantivas. Crescimento Econômico.

### Abstract

---

This article has as a center for discussion to analyze the process of social development from the perspective of quality of life, and the promotion of social-welfare, as well as if it searches to approach the diverse dimensions of the poverty in view of the expansion of the freedoms human beings. Thus, synthetic pointer IDF is analyzed that accumulates of stocks diverse dimensions of the poverty, and social development while overcoming of the privations and difficulties of the life in society.

**Keywords:** Social Development. Poverty. Substantive Freedoms. Economic Growth.

---

<sup>1</sup> Graduado em Serviço Social pela Unimontes – MG. Mestrando em Desenvolvimento Social pela Unimontes – MG. Bolsista Capes. fabriciof8@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Graduado em Serviço Social pela Unimontes – MG. Mestrando em Desenvolvimento Social pela Unimontes – MG.

Com a finalidade de melhor entendermos a realidade social, econômica, política e cultural do mundo em que vivemos, é que pensamos reunir neste trabalho algumas discussões concernentes ao desenvolvimento social e a pobreza. Sabemos que vivemos em um país no qual as desigualdades sociais e econômicas se mostram de formas diversas, onde a pobreza torna-se cada vez mais parte da vida cotidiana do povo brasileiro. Segundo dados do manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2005), o Brasil seria um dos países que apresenta maiores níveis de desigualdade de renda em todo o mundo. Quando se calcula o número de vezes que a renda média dos 20% mais ricos supera a dos 20% mais pobres, para diferentes países, a situação mais desigual é a do Brasil. “No Brasil, os 20% mais ricos têm mais de 30 vezes mais renda do que os 20% mais pobres” (OIT, 2005, p. 23).

Como pensar em desenvolvimento social, entendido como aumento da qualidade de vida, em um mundo, em um país, no qual tantas pessoas existem sem ter nem mesmo o básico para manutenção de suas vidas? Se as privações dos recursos básicos constituem-se como um atraso ao desenvolvimento social, como pensar em um dia alcançá-lo, uma vez que as discrepâncias e o desenvolvimento de uma parte da sociedade remetem a uma situação de precariedade e privações?

Primeiramente tentaremos resgatar, de forma rápida e geral, algumas perspectivas do que vem a ser o desenvolvimento, utilizando o referencial teórico de Veiga (2006), Sen (2000), Kugelmas (2007) e Furtado (2005), passando desde os pressupostos que o tinham como sinônimo de crescimento econômico, até chegarmos às discussões mais recentes, nas quais o crescimento econômico é apresentado como meio para se alcançar o desenvolvimento social. Sendo assim, são incorporadas na sua respectiva discussão assuntos como qualidade de vida e bem-estar social. Faremos uma abordagem sobre algumas discussões referentes à pobreza, tentando entender mais sobre a sua base conceitual, utilizando

como referencial as ideias de Castel (2006), Paugam (1999), Estivill (2006), Schwartzman (2004), Marx (1980), Sen (2000) e Bajoit (2006). Em um terceiro momento discutiremos as características da formação regional, e posteriormente passaremos à análise e discussão dos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF), da microrregião de Bocaiúva-MG.

## **0 Debate sobre o Desenvolvimento Social**

O conceito de “desenvolvimento” apresenta-se de forma não muito simples, exigindo para a sua compreensão análises atentas e perspicazes, uma vez que são de múltiplas origens a sua discussão. Apesar de não se ter uma data exata da sua utilização, é consenso que as discussões acerca do conceito de desenvolvimento tiveram como acontecimento precedente a Segunda Guerra Mundial. Antes da Segunda Guerra Mundial, aproximadamente dois séculos, entre as teorias dos economistas clássicos, mesmo não empregando o termo desenvolvimento, já havia discussões concernentes à temática. Podem ser observados, então, os trabalhos de Adam Smith, Stuart Mill e Schumpeter. Este último dá relevância sobre a temática do desenvolvimento ao incorporar em seus estudos a importância da inovação tecnológica (Kugelmas, 2007, p.1-2).

No final da Segunda Guerra Mundial, com a criação de órgãos como a Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as discussões do desenvolvimento passam a ser levadas para um campo de análise que ultrapassa os limites dos padrões do crescimento econômico por si só.

Podemos dizer que o conceito de desenvolvimento vem ganhando, nos últimos anos, uma notória caracterização de importância e, sobretudo, de polêmica entre os mais diversos estudiosos das Ciências Sociais.

Tem sido empregado para averiguar o progresso, crescimento e bem-estar das sociedades, tornando-se um dos conceitos que, em si, carrega uma gama de possibilidades de discussão interdisciplinar no estabelecimento de convergências ou divergências.

No que diz respeito à abordagem do conceito de desenvolvimento, Veiga (2006) aponta *três concepes* fundamentais em relação ao aspecto desta categoria, quais sejam: a) desenvolvimento enquanto crescimento econmico; b) Desenvolvimento enquanto meta inexecuível; c) *O Caminho do meio*.

A *primeira* resposta  indagação sobre o conteúdo do desenvolvimento – talvez a mais restrita –  a que equipara o desenvolvimento com crescimento econmico. Esta equiparação se fundamenta no entendimento do desenvolvimento enquanto aumento das riquezas de uma nação. Assim sendo, o desenvolvimento deveria ser medido por meio de critérios de viés exclusivamente econmicos tais como: Produto Nacional Bruto (PNB), Produto Interno Bruto (PIB), Renda *Per Capita* entre outros.

Os principais esforços na tentativa de sistematizar o conceito de desenvolvimento social enquanto crescimento econmico, partem do entendimento do processo de desenvolvimento enquanto mediação do modo capitalista de produção, seja por meio das trocas no mercado internacional, ou mesmo como modernização<sup>3</sup> por meio da industrialização.

A corrente de pensadores que enfatizavam o comércio internacional enquanto meio de desenvolvimento, apresenta tal proposta com base no que David Ricardo considerava *Lei das Vantagens Comparativas*. De

---

<sup>3</sup> O termo *modernização* ganha visibilidade no pós Segunda Guerra Mundial, e se refere basicamente  mudanças sociais, econmicas e polticas que se originaram a partir da revolução Industrial na Inglaterra e da revolução poltica na França, ambas no século XVIII. O termo modernização está associado  democratização das sociedades, destruição dos privilégios herdados e declaração de igualdade dos direitos de cidadania. “Consequentemente, um elemento básico na definição de modernização  que ela se refere a um tipo de mudança social desde o século XVIII, que consiste no avanço econmico ou político de alguma sociedade pioneira e em mudanças subseqüentes nas sociedades seguidoras” (Bendix, 1996, p. 371-373).

acordo com Cardoso (1980), esta teoria advogava que o comércio internacional, por meio das vantagens comparativas dos países (cálculo dos custos de produção), levaria a processos que gerariam ganhos para todos os países. Neste sentido, de acordo com esta concepção “[...] comércio se transformava num instrumento adequado para reduzir as desigualdades entre as nações” (Cardoso, 1980, p. 20).

Evidências empíricas, porém, levantaram as críticas em relação ao enfoque de que o comércio internacional levaria ao desenvolvimento demonstrando que, ao invés de diminuir as desigualdades entre os países, esta prática acentuava o conjunto das diferenças existentes entre as diversas nações. Esta dinâmica se justificava, segundo tais críticos, devido à diferença de produtividade agrícola e industrial, bem como à dificuldade dos países agrícolas subdesenvolvidos em realizarem a acumulação do capital por meio do incremento de valor às mercadorias.

Neste viés crítico, vale a pena destacar também a análise realizada pela Comissão Econômica Para a América Latina e Caribe (Cepal)<sup>4</sup> em relação à teoria do comércio internacional, que, em seus estudos “[...] partiram de um questionamento das vantagens e da eficácia universal do livre cambismo para postular analiticamente a existência de uma condição periférica agravadora do problema do *atraso* na evolução econômica do subdesenvolvimento latino-americano” (Fiori, 1995, p. 123). Ressalta-se que estas críticas cristalizaram a intervenção do Estado na indução do desenvolvimento nos países da região, sendo este de grande importância na história do desenvolvimentismo na América Latina.

Outro enfoque predominante na concepção de desenvolvimento e crescimento econômico se centralizava no intuito de demonstrar que o processo de desenvolvimento dos países se daria por meio da industria-

---

<sup>4</sup> A Cepal tinha como teóricos principais: Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, que defendiam o progresso técnico como meio de fomentar uma rápida industrialização, uma vez que, segundo Prebisch, os produtos primários, agrários e minerais sofreriam uma perda de valor em relação aos produtos manufaturados importados.

lização.<sup>5</sup> O pressuposto era de que a industrialização levaria a melhoria das condições de vida da população. A principal divergências em relação a este enfoque, no entanto, que resultou em uma primeira inflexão do conceito até então hegemônico, foi o fato de alguns países terem experimentado ciclos de crescimento econômico, sem, entretanto, terem conseguido traduzir tais avanços econômicos em melhorias de qualidade de vida de sua população.

No que diz respeito à *segunda concepção* do desenvolvimento, ou seja, o enfoque do desenvolvimento enquanto uma meta inatingível, destaca-se a tese que advoga ser a rígida economia capitalista um empecilho que torna altamente improvável que o núcleo central de países ricos absorva a gama de países da semiperiferia.

A essência desta tese caracteriza-se por se negar a entender que, “[...] no sentido estrito de acúmulo de riquezas por parte de um número significativo de países [...] significaria em algum momento seu ingresso no núcleo orgânico” (Veiga, 2006, p. 22). Para estes autores, se realmente o crescimento econômico fosse sinônimo de desenvolvimento, a quantidade de países desenvolvidos teria que ser muito maior do que na realidade tem sido.

Para alguns autores defensores da tese da impossibilidade de desenvolvimento, a centralidade da falta de desenvolvimento estaria na “miséria técnico-científica” dos países da semiperiferia, isto é, o avanço dos preços dos produtos industrializados seria sempre maior do que dos produtos primários dos países que estão no hall dos não desenvolvidos. Outro enfoque a ser destacado por este grupo de autores é que os países subdesenvolvidos não conseguem aferir o que se denomina “rendas estratégicas”, ou seja, não conseguem uma posição favorável na dinâmica do comércio internacional capitalista.

---

<sup>5</sup> Pode-se dizer que desde meados do século 18, com a Revolução Industrial, a história da humanidade passou a ser quase totalmente entendida e determinada pelo fenômeno do crescimento econômico (Veiga, 2006, p. 61-64)

Para Furtado, citado por Veiga (2006), o principal mito em relação ao desenvolvimento diz respeito à premissa de que este possa ser universalizado a todos os países, do mesmo modo em que vem sendo enfocado nos países capitalistas centrais.

Sinteticamente, observamos que até a década de 70 a teoria do desenvolvimento se centra no progresso material, seja por via da espontaneidade da similaridade entre crescimento econômico/desenvolvimento, seja por via da sua inconcretude devido às conjunturas políticas com efeitos diferenciados nas estruturas sociais. Deste modo, a teoria do desenvolvimento ficou relegada aos enfoques da teoria da modernização, que confundia a meta do desenvolvimento com o arranjo do sistema produtivo industrial.

Outra grande mudança de abordagem na concepção de desenvolvimento incidiu principalmente na elaboração ampliada deste conceito empreendida por Sen (2000), que pratica uma perspectiva de desenvolvimento que supera a equivalência crescimento/desenvolvimento, bem como descarta a visão de impossibilidade da efetivação do desenvolvimento. Esta concepção é o que o próprio Sen (2000) destaca como sendo o *caminho do meio*.

Em uma concepção ampliada de desenvolvimento, Sen destaca que este pode ser visto como processo de expansão das liberdades concretas das pessoas. Para esse autor, este enfoque analítico contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, que o qualifica como aumento das rendas nacionais, industrialização, etc.

Diante deste quadro, Sen (2000) propõe o entendimento do desenvolvimento como sendo o processo que objetiva a expansão das liberdades humanas, ou seja, significa buscar os fins e os meios do desenvolvimento, não somente os aspectos quantitativos de renda. No que diz respeito ao debate sobre a riqueza e o crescimento econômico, concordamos com Sen (2000, p. 29): “O crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo. O desenvolvimento tem que estar relacionado, sobretudo, com a melhoria da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

Sen (2000) argumenta que as questões do desenvolvimento devem estar relacionadas diretamente com a superaçaõ das privaçaõs de diversas ordens. “O desenvolvimento consiste na eliminaçaõ de privaçaõs de liberdades que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condiçaõ de agente” (Sen, 2000, p. 10). Assim sendo, ele tambem vª a importaõcia do crescimento econõmico, como sendo um meio para o alcance e a expansãõ de tais liberdades em meio à sociedade. Para que as pessoas possam viver bem, para que haja o desenvolvimento de fato, é necessãrio que as liberdades substantivas sejam garantidas, sem privaçaõs. A todos devem ser estendidos serviçõs como educaçaõ, saude, moradia, alimentaçaõ, emprego, direitos civis, liberdade de poder participar de forma efetiva da vida social, econõmica e polõtica de uma determinada comunidade. Segundo Sen, as liberdades seriam os meios e os fins do desenvolvimento. Nesse sentido, a pobreza constituiria como uma forma de privaçaõ das liberdades entre os indivõduos.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privaçaõs de liberdade: pobreza e tirania, carẽncia de oportunidades econõmicas e destituiçaõ social sistemãtica, negligẽncia dos serviçõs pùblicos e intolerãcia ou interferẽncia de Estados repressivos. (...) Às vezes a ausẽncia de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econõmica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutriçaõ satisfatõria ou remédios para doençãs tratãveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento bãsicõ. Em outros casos, a privaçaõ de liberdades vincula-se estreitamente à carẽncia de serviçõs pùblicos e assistẽcia social, como, por exemplo, a ausẽncia de programas epidemiolõgicos, de um sistema bem planejado de assistẽcia mÃdica e educaçaõ ou de instituiçaõs eficazes para a manutençaõ da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violaçaõ da liberdade resulta diretamente de uma negaçaõ de liberdades polõticas e civis por regimes autoritãrios e de restriçõs impostas à liberdade de participar da vida social, polõtica e econõmica da comunidade (Sen, 2000, p. 18).

Para Sen, a privação da liberdade econômica, que pode ser vista pela pobreza extrema, pode vir a fazer com que as pessoas se tornem presas fáceis para a violação de outras liberdades. “A privação de liberdades econômicas pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica” (p. 23).

Sen (2000) analisa a liberdade utilizando cinco instrumentais, sendo eles: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora. Todos estes instrumentais agiriam em conjunto para que fossem geradas e aumentadas as liberdades humanas em geral. “As políticas públicas visando ao aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral podem funcionar por meio da promoção dessas liberdades distintas mas inter-relacionadas” (p. 25). O Estado deveria atuar na vida das pessoas visando a maximizar os efeitos das liberdades e reduzindo as condições que causam sua privação. Assim entendido, o Estado deveria ser mais presente no combate às privações tais como desemprego, analfabetismo, fomes coletivas, pobreza. O Estado assumiria a função de provedor dos recursos que seriam indispensáveis para que as pessoas pudessem alcançar as liberdades substantivas.

Para o *mainstream*<sup>6</sup> das Ciências Sociais, não cabe mais a discussão do desenvolvimento baseado somente no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Devem ser levados em consideração outros fatores que, por vezes, vão além do econômico. A qualidade de vida, a educação, a possibilidade de viver sem privações dos recursos que são fundamentais, as oportunidades que são dadas, o direito a um trabalho digno, etc., são postos como elementos para o entendimento do desenvolvimento. Crescer economicamente é fundamental, mas lembremos que só o crescimento da economia não constitui em si o uso do conceito desenvolvimento; é necessário, como dissemos anteriormente, avançarmos tal discussão para além do crescimento econômico. Dessa forma,

<sup>6</sup> “Pensamento dominante” ou “Corrente Principal”. Emprego o termo para designar o fluxo de estudos direcionados a tal temática.

É perfeitamente possível imaginar casos – e temos vários exemplos históricos – de países que obtiveram crescimento econômico, mas com pouco desenvolvimento, com crescimento econômico muito concentrador e enorme reforço das estruturas vigentes. Mas, seja como for, há aí certamente uma associação de idéias e, pode-se dizer, para resumir uma longuíssima discussão acadêmica, que o crescimento é condição necessária, mas não suficiente, para o desenvolvimento pleno propriamente dito (Kugelman, 2007, p. 3).

Sinteticamente, uma consideração ampliada de desenvolvimento perpassa a possibilidade de manifestação das liberdades humanas substantivas, levando em conta as capacidades humanas, talentos, esforços coletivos, ou seja, a possibilidade de realizar escolhas concretas visando a efetivar melhorias nas condições de vida individual e coletiva.

## Dimensões da Pobreza

Que a pobreza se trata de um tema multidimensional está bastante difundido no meio acadêmico, no entanto entender a multidimensionalidade deste conceito é de fundamental importância para a compreensão da dinâmica imbricada nas estratégias de desenvolvimento social. A análise da pobreza seria o estudo de uma das desigualdades sociais (Bedin, 2006; Castel, 2006). O pobre seria aquele que, de forma direta, carrega sobre si o peso dos processos de desigualdade, desde a privação de recursos básicos até mesmo a processos que os remetem a situações preconceituosas e estigmatizantes. O pobre não é somente privado economicamente, ele sofre também outras limitações que, por vezes perpassa a conceituação habitual do seu termo. Sendo assim, o uso da palavra pobreza pode nos levar a diferentes reflexões.

Bajoit (2006) tenta fazer um levantamento sobre algumas vertentes sociológicas acerca da pobreza. Segundo ele, existem basicamente quatro formas de entender a pobreza: a visão liberal, a visão estrutural marxista, a visão do capital social e a visão da *desafiliação* (Bajoit, 2006, p. 92).

Na *visão liberal*, o pobre é visto como marginal e não tem sucesso porque é estigmatizado. Nos moldes dos ideários liberais, o pauperismo é entendido como falta de sucesso nas relações que os sujeitos propõem na luta pela sua sobrevivência (Estivill, 2006; Castel, 2006). Assim, passa-se de um fenômeno coletivo para uma realidade em que o indivíduo é cada vez mais responsável pela sua miséria. Deste modo, Simmel (1998), citado por Ivo (2008), considera os pobres como uma classe passiva, pois para este autor,

O que há de mais terrível na pobreza é o fato de que nela existem seres humanos cuja posição social é de pobres, e nada além de pobres. [...] uma classe cuja unidade se funda numa característica puramente passiva, a saber, pela maneira singular de a sociedade reagir e se conduzir em relação a ela (Simmel, apud Ivo, 2008, p. 177).

O fato de viver na pobreza deve-se a sua pouca força de vontade, falta de empreendedorismo para reverter a sua situação. “Todos são livres”, têm as mesmas chances. “Os pobres são preguiçosos”, não possuem vontade para trabalhar, falta-lhes coragem para enfrentarem os seus problemas. Tal perspectiva liberal põe a responsabilidade do fracasso e da pobreza nas mãos dos indivíduos. Defendem uma não intervenção do Estado, pois, segundo as teorias do economista Adam Smith, uma mão invisível, marcada pela liberdade de mercado, iria solucionar as mazelas da humanidade.

A *visão estrutural marxista* vê o pobre como explorado. Para os Marxistas, a história da humanidade seria precisamente a história da luta de classes e, portanto, as questões relativas à pobreza só seriam resolvidas na medida em que houvesse uma verdadeira luta de classes, momento em que, proletariados e burgueses se confrontariam pelo fim da pobreza e da desigualdade social. Marx (1980) tinha como certo que, no capitalismo, o crescimento da riqueza produz, no polo oposto, o crescimento do pauperismo, tanto que a isso chamou de “lei geral absoluta da acumulação capitalista” (1980, p. 747).

A terceira vis3o, baseada na no3o de capital social, v3e o pobre como dependente, sem autonomia. O pobre seria aquele com pouco *capital social*. Neste sentido, Kliksberg (2001, p. 116) define capital social como “O grau de confian3a existente entre os atores sociais de uma sociedade, as normas de comportamento c3vico praticadas e o n3vel de associatividade que a caracteriza.”. Neste argumento, busca-se fortalecer v3nculos sociais dos grupos e se objetivam medidas que possibilitem 3s comunidades a conviv3ncia e coopera3o baseada em rela3o es de confian3a, sendo que, para este argumento, existe uma forte correla3o entre o fortalecimento do capital social e as melhorias das condi3o es sociais dos grupos e comunidades.

Por fim, na vis3o baseada na no3o de *desafilia3o*, o pobre 3 considerado o indiv3duo que se encontra isolado, atomizado. De acordo com Paugam (1999), a pobreza 3 apreendida na atualidade como um processo de desvaloriza3o e desqualifica3o social. Para o autor (p. 63),

o conceito de desqualifica3o social empregado em pesquisas sobre a pobreza de numerosas franjas da popula3o es corresponde ao processo de expuls3o do mercado de trabalho e 3s experi3ncias vividas na rela3o es com a assist3ncia que as acompanham em diferentes fases. Coloca-se, pois, 3nfase ao mesmo tempo sobre o car3ter multidimensional, din3mico e evolutivo da pobreza e sobre o status social dos pobres, assim rotulados pela assist3ncia.

Para Castel (2006), a pobreza e o conceito de exclus3o s3o n3o uma aus3ncia de rela3o es sociais, mas um conjunto de rela3o es sociais que acarretam aos pobres estatutos societ3rios inferiores e *desafiliados*.

Na s3ntese realizada por Bajoit (2006), portanto, estes quatro rostos que podem ser encontrados para descrever a pobreza, muitas vezes coexistem, uma vez que o pobre 3 tudo (marginal, explorado, dependente e *desafiliado*). A pobreza abrange v3rios rostos e dimens3o es.

Todas essas leituras, com certeza, são pertinentes: as fotos são boas. O pobre, sem dúvida, é tudo isso ao mesmo tempo: um marginal, um explorado, uma pessoa dependente e um desafiado. O problema, evidentemente, é que cada uma dessas leituras tomadas separadamente reduz o pobre a uma única dimensão, simplifica o problema de uma forma excessiva (como a foto reduz o personagem fotografado a um objeto plano, revelando dele uma parte do que ele é, mas escondendo todos os demais aspectos de sua realidade) (Bajoit, 2006, p. 100-101).

Dentro desta perspectiva – do olhar sociológico sobre a pobreza – verifica-se, entre as formas instituídas para que o pobre consiga angariar recursos, duas concepções do contrato social: primeiro o contrato de igualdade, pois o indivíduo passa a ter direitos somente por ser possuidor de necessidades materiais. Tal concepção do contrato põe nas necessidades materiais a condição de prova e legitimação da ajuda instituída pela coletividade e que o Estado tem o papel de administrar.

A segunda concepção do contrato social vincula-se à equidade, na qual a condição que o indivíduo deve provar para ter acesso ao auxílio legítimo, não é somente possuir necessidades materiais, mas devem ser preenchidos outros critérios, dentre estes o empenho e a dedicação mostram-se como condições importantes. Assim sendo, os pobres teriam que provar que realmente necessitam de ajuda e que não são oportunistas, nem vagabundos, muito menos preguiçosos. Faltava-lhes meios para conseguirem superar as dificuldades da pobreza, portanto estariam aptos a receberem auxílio.

Ainda, segundo Bajoit (2006), poderia destacar-se duas concepções da política social no olhar sobre a pobreza. Na primeira, o pobre estaria posto como principal responsável pela sua condição, cabendo a ele buscar os seus meios, com o auxílio de pessoal especializado para resolver os seus problemas.

O funcionamento da sociedade não é questionado de forma alguma: é o pobre quem precisa adaptar-se às exigências da sociedade na qual vive, é ele quem deve integrar-se nos papéis sociais, interiorizar os valores e as normas e adquirir os recursos necessários para tornar-se autônomo e não precisar mais de ajuda (p. 94).

Na segunda concepção da política social, a pobreza é caracterizada como fruto do funcionamento do sistema, de caráter estrutural, “este comporta relações de dominação social que geram desigualdades, desemprego, exclusão, desafiliação” (p. 94). Para que o problema da pobreza possa ser superado, faz-se necessário que a sociedade busque se adaptar às necessidades dos pobres. Somente assim eles poderão um dia alcançar o sucesso, vencendo os obstáculos impostos pela privação, pela pobreza.

Podemos, assim, situar os quatro rostos que a pobreza assume de acordo com as concepções do contrato social e das políticas sociais. O pobre visto como marginal estaria dentro da concepção do contrato de igualdade: “a cada um segundo suas necessidades” (p. 93), numa perspectiva da política social em que estes deveriam se adaptar às exigências do sistema. O pobre, entendido como explorado, também se encontraria dentro do contrato de igualdade, mas quanto à política social, estaria na concepção segundo a qual o sistema é que deveria adaptar-se as suas necessidades. O terceiro rosto da pobreza – o pobre encarado como dependente – estaria inserido na concepção do contrato social de equidade: “para cada um segundo o seu empenho” (p. 96), e este é que deve se adaptar às exigências do sistema. Por fim, o pobre, visto como *desafiliado*, também se encontraria na perspectiva do contrato por equidade, porém é o sistema que deveria se adaptar as suas necessidades.

## 0 Índice de Desenvolvimento das Famílias

Como vimos, estabelecer de forma clara e concisa a mediação dos conceitos de desenvolvimento social e pobreza, não é tarefa das mais simples. Entendemos que tais conceitos são multidimensionais e não podem ser resumidos a aspectos unicausais em seu conteúdo.

Justamente na tentativa de superar o reducionismo que perpassa a equiparação das medidas de desenvolvimento social e pobreza com condição monetária, ganha corpo desde a década de 1990 – com a elaboração do IDH – a sistematização de indicadores sintéticos que levam em conta mais dimensões do que a medida de renda. Não obstante, situando-se nesta complexa relação, autores como Barros, Carvalho e Franco (2003) consideram que, indubitavelmente,

Como o desenvolvimento social é multidimensional, é necessário recorrer-se a um indicador sintético. Dessa forma, para avaliar se o nível de desenvolvimento social de um país melhorou ou não, é preciso saber o que se passou com as dimensões e indicadores considerados mais relevantes pela sociedade (p. 4-5).

Neste sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desenvolveu o IDF, feito com base nas informações da PNAD e do Cadastro Único do governo federal. Na elaboração do IDF examina-se 6 dimensões,<sup>7</sup> 26 componentes e 48 indicadores,<sup>8</sup> e o índice pode variar de 0 (pior situação) a 1 (melhor situação). O interessante do IDF em relação ao IDH – Indicador Sintético mais difundido – é o fato de que o IDF trabalha com seis dimensões de análise ao invés das três dimensões do IDH,<sup>9</sup> mas, sobretudo, que o referido índice pode ser desagregado ao nível de cada família.

<sup>7</sup> As seis dimensões analisadas no IDF são: *Ausência de Vulnerabilidade, Acesso ao Conhecimento, Acesso ao Trabalho, Disponibilidade de Recursos, Desenvolvimento Infantil e Condições Habitacionais*.

<sup>8</sup> Não é objetivo deste trabalho a explicitação aprofundada dos componentes do IDF. Para entranhar neste debate ver Barros; Carvalho; Franco, (2003).

<sup>9</sup> O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado na década de 90, baseia-se em três dimensões: *Longevidade*: que também reflete, entre outras coisas, as condições de saúde da população, medida pela esperança de vida ao nascer; *Educação*: medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino, fundamental, médio e superior; *Renda*: medida pelo poder de compra da população, baseado no PIB per capita ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, mediante a metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC).

A *ausência de vulnerabilidade* representa o volume adicional de recursos que uma família tem que realizar, dispêndio para que suas satisfações individuais ou coletivas sejam abarcadas em relação a uma família padrão. Desta ótica, a presença de segmentos como idosos, crianças, gestantes, órfãos, entre outras categorias, acarretam situações de vulnerabilidade.

	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano
Fecundidade	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos
	V3. Ausência de criança
Atenção e Cuidados Especiais com Crianças, Adolescentes e Jovens	V4. Ausência de criança ou adolescente
	V5. Ausência de criança, adolescente ou jovem
Atenção e Cuidados Especiais com Idosos	V6. Ausência de idoso
	V7. Presença de cônjuge
Dependência Econômica	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa
	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido
Presença da Mãe	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe

### Quadro 1: Indicadores de Vulnerabilidades das Famílias

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 9).

O *acesso ao conhecimento*, por sua vez, nos dá a dimensão dos meios pelos quais as famílias podem satisfazer suas necessidades. Com base neste fato, procura-se objetivar tal dinâmica por intermédio dos seguintes dados que estão dispostos no Quadro 2.

	C1. Ausência de adulto analfabeto
Analfabetismo	C2. Ausência de adulto analfabeto funcional
	C3. Presença de pelo menos um adulto com Ensino Fundamental completo
Escolaridade	C4. Presença de pelo menos um adulto com Ensino Médio completo
	C5. Presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior
Qualificação Profissional	C6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta

### Quadro 2: Indicadores de Acesso ao Conhecimento

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 10).

*Acesso ao trabalho*, por sua vez, significa, na construção do índice, a oportunidade que as pessoas têm de ativar e realizar suas capacidades adquiridas quando do investimento no seu capital humano.

Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada
Qualidade do Posto de Trabalho	T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal
Remuneração	T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não-agrícola
	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo
	T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos

### Quadro 3: Indicadores de Acesso ao Trabalho

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 11).

Considerando tais dimensões, ofertar às pessoas capacidades sem, no entanto, garantir que tais capacidades sejam efetivadas é um aspecto a ser respeitado e de suma importância quando entendemos o desenvolvimento social na perspectiva da ampliação das liberdades humanas.

Outra dimensão abarcada pelo IDF é a que leva em conta o *Acesso a Recursos*, com os quais uma família pode garantir a satisfação de suas necessidades básicas. Dessa forma, entender como se dimensiona a renda dentro do âmbito familiar é de grande centralidade, posto que, na sociedade capitalista, de alguma forma a satisfação das necessidades passa pelo componente de renda, mesmo considerando que a satisfação das necessidades ultrapassa o aspecto monetário.

Extrema Pobreza	R1. Renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza
Pobreza	R2. Renda familiar per capita superior à linha de pobreza
Capacidade de Geração de Renda	R3. Maior parte da renda familiar não advem de transferências

#### Quadro 4: Indicadores de Disponibilidade de Recursos

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 11).

Outro ponto de desenvolvimento social mensurado no IDF e a capacidade de cada sociedade em garantir, a cada criança, um desenvolvimento em sentido amplo. Assim sendo, com as informaçoes desenvolvidas com base na PNAD, o ndice de desenvolvimento infantil leva em considerao as seguintes categorias dispostas no Quadro 5.

Trabalho Precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando
Acesso  Escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola D5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola
Progresso Escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto
Mortalidade Infantil	D9. Ausência de mãe cujo filho tenha morrido D10. Há, no máximo, uma mãe cujo filho tenha morrido D11. Ausência de mãe com filho nascido morto

#### Quadro 5: Indicadores de Desenvolvimento Infantil

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 12).

Finalmente, o último fator a ser considerado na composio do ndice de Desenvolvimento das Famílias é a condio de habitao sob a qual cada família vive. Dessa forma, procura-se entender não são as questoes de saúde e educao, mas também a qualidade de vida presente nas condiçoes de moradia das famílias. Os dados analisados nas condiçoes de habitao estão elencados no Quadro 6.

---

	H1. Domicílio Próprio
Propriedade	H2. Domicílio Próprio ou Cedido
Déficit Habitacional	H3. Densidade de até 2 moradores por domicílio
Abrigoabilidade	H4. Material de Construção Permanente
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água
Acesso a saneamento	H6. Esgotamento Sanitário adequado
Acesso à coleta de lixo	H7. Lixo é coletado
Acesso à energia elétrica	H8. Acesso à eletricidade
	H9. Acesso a fogão e geladeira
	H10. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio
Acesso a bens duráveis	H11. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio e telefone
	H12. Acesso a fogão, geladeira, televisão ou rádio, telefone e computador.

---

### Quadro 6: Indicadores de Condições Habitacionais

Fonte: Barros; Carvalho; Franco (2003, p. 13).

Ao se enfatizar o controle dessas seis dimensões brevemente demarcadas entende-se que, “cada uma dessas seis dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para as famílias satisfazerem suas necessidades e, em outra parte, a consecução de fins, isto é, a satisfação efetiva de tais necessidades” (Barros; Carvalho; Franco, 2003, p. 8).

## Características Regionais e Análise dos dados do IDF

Nesta parte do artigo, iremos analisar, de maneira comparada, o IDF das cidades da microrregião de Bocaiúva, bem como estabelecer os aspectos importantes a serem destacados no processo de superação da pobreza e no desenvolvimento social. A microrregião de Bocaiúva, definida pelo IBGE, é composta pelos seguintes municípios: Bocaiúva, Engenheiro Navarro, Francisco Dumont, Guaraciama e Olhos d’Água.

De acordo com Oliveira (2000), a ocupação populacional da Região Norte de Minas – região em que está localizada a microrregião de Bocaiúva – dinamiza-se a partir da metade do século 17, decorrente de

fluxos migratórios advindos da circulação de gado ao longo do rio São Francisco e das bandeiras paulistas. Dentre estas, destacam-se as bandeiras de *Estevão Ribeiro Bayão Parente*, *Matias Cardoso de Almeida* e *Domingos Jorge Velho*. Dessa forma, as principais povoações ocorrem na margem do São Francisco, considerado naquele momento principal eixo econômico da região.

Na conformação do território norte mineiro, ocorre a influência de três grupos fundamentais em sua constituição, quais sejam: a) invasores europeus; b) indígenas habitantes originais e c) africanos trazidos como escravos. De acordo com Rodrigues (2000), a economia local se articulou em quatro eixos fundamentais: pecuária bovina, agricultura de subsistência (arroz, feijão, milho e cana-de-açúcar), cultivo de algodão e extração da borracha.

Não obstante, no início do processo de ocupação do território e constituição da sociedade norte mineira, as atividades econômicas se destinavam à produção de gêneros para o sistema açucareiro do Recôncavo Baiano. De acordo com Furtado (2005), a formação da economia da pecuária se ligava dependentemente à das lavouras de cana-de-açúcar, de tal modo que “(...) foi a separação das duas atividades econômicas [pecuária a cana-de-açúcar] que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina” (p. 57).

Com a descoberta das jazidas de ouro e diamantes nas minas, porém, os criadores e produtores voltaram suas atividades para a demanda destas regiões. De acordo com Cardoso (2000), as características produtivas das regiões das minas inibiam a produção agrícola devido ao seu caráter itinerante. A intensificação das relações destas regiões com o Norte de Minas levou ao incremento da população regional.

Não obstante, a referida região adentrou a modernização capitalista tardiamente com a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e os subsídios ofertados pela mesma. A consolidação

do capitalismo na Região Norte-mineira somente ocorre a partir da década de 70 por intermédio direto do Estado via Sudene, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), entre outros órgãos.

A partir deste momento, nota-se uma mudança na importância das atividades de subsistência e da pecuária, com incentivo a quatro eixos básicos: reflorestamento (eucalipto), grandes projetos agropecuários; industrialização em alguns poucos municípios e concentração na agricultura irrigada. Deste modo, de acordo com a autora, “o Estado desempenha papel fundamental, assegurando condições para a acumulação e o funcionamento de empresas industriais, de reflorestamento entre outras” (Rodrigues, 2000, p. 121).

Os incentivos e dinamização industrial se concentraram, por sua vez, nas cidades de Montes Claros, Bocaiúva, Pirapora e Capitão Enéas. Já os projetos de reflorestamento tiveram sua dinâmica empreendida com uma maior dispersão espacial. Nota-se, por consequência, a dinamização de algumas indústrias na microrregião de Bocaiúva.

A cidade de Bocaiúva se destaca, sobretudo, pela quantidade de exportações de suas indústrias ligadas ao ramo de componentes automotivos e minérios dos mais diversos. Segundo dados do Ministério da Indústria e Comércio Exterior, 70% das exportações da cidade são oriundas das indústrias de componentes automotivos e mineração.

Tabela 1: Composição do PIB dos municípios da microrregião de Bocaiúva MG

Porte dos municípios	Agropecuária	Indústria	Administração Pública	Outros Serviços	Impostos
Bocaiúva	8,06	32,80	20,88	29,66	8,60
Engenheiro Navarro	19,84	13,29	33,31	29,29	4,25
Francisco Dumont	24,33	9,63	36,08	25,88	4,06
Guaraciama	24,03	7,76	40,87	23,69	3,65
Olhos d'Água	25,89	9,94	34,95	22,64	6,58

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2008.

Quanto aos dados econ4micos da regi4o, explcitos na Tabela 1, podemos notar que o municpio de Guaraciama 4 o que apresenta maior depend4ncia econ4mica das riquezas geradas pela administra4o p4blica, com mais de 40% do PIB municipal referente 4s atividades da administra4o p4blica, destacando-se ainda que quase a totalidade dos municpios analisados apresentam mais de 1/3 do PIB oriundo da administra4o p4blica, excetuando-se Bocai4va devido 4 alta entrada de atividades industriais.

Tabela 2: Dados Sociais das cidades da microrregi4o de Bocai4va-MG

Porte dos municpios	Percentual de Pobreza (2007)	Percentual de pessoas com mais de 25 anos analfabetas	Esperança de Vida ao Nascer	PBF – N° de famlias 2006
Bocai4va	26,74	24,27	72,54	3906
Engenheiro Navarro	34,13	35,38	71,53	849
Francisco Dumont	37,59	29,74	64,65	525
Guaraciama	36,21	31,10	69,43	718
Olhos d'4gua	35,06	41,19	71,53	452

Fonte: MDS, 2006.

Os dados socioecon4micos, expostos na Tabela 2, demonstram um quadro de priva4o de liberdades e a grande import4ncia dos programas de transfer4ncia de renda na regi4o com alta quantidade de famlias benefici4rias do Programa Bolsa Fam4lia (PBF), bem como o alto grau de analfabetismo da popula4o, que afeta o acesso ao conhecimento e forma4o de capital humano nas cidades da regi4o.

De acordo com os dados expostos na Tabela 3, os municpios que comp4em a referida microrregi4o s4o de porte populacional pequeno I, exceto Bocai4va, que se caracteriza por municpio de pequeno porte II. Este fato nos possibilita, para efeito de compara4o, tratar os municpios de forma homog4nea. Na teoria comparada Sartori (1994) esclarece “Pres- tar4 at4n4o 4s diferen4as nos contextos que s4o similares, ou (...) buscar4

analogias em sistemas diferentes” (Dogan; Pelassy, apud Sartori, 1994, p. 40). Neste caso – o da similitude – devemos buscar contextos de aproximação no maior número de variáveis possível, excetuando-se na forma ideal uma variável, ou seja, a variável de controle.

Tabela 3: População Total e Receita Líquida Per Capita por Município

Município	Receita Líquida per Capita (R\$)	População total
Bocaiúva	556,22	44.571
Engenheiro Navarro	687,38	6.838
Francisco Dumont	1022,67	4.910
Guaraciama	867,15	4.731
Olhos-d'Água	1054,05	4.572

Fonte: Fundação João Pinheiro, 2009.

Tendo em vista tais dados, podemos perceber que Bocaiúva, município com mais população na região, embora possua maior orçamento geral, quando este é dividido pelo conjunto da população o valor *per capita* é o menor da microrregião.

No que responde ao desenvolvimento das famílias que se dispõe na Tabela 4, vemos que os municípios da região possuem índices de desenvolvimento familiar que se põem entre os valores correspondentes ao *nível médio* de desenvolvimento das famílias no município. O município de Bocaiúva, em 2007, apresentou o maior índice com 0,56, e o município de Francisco Dumont apresentou, neste mesmo ano, o menor índice do IDF com 0,52.

Tabela 4: IDF por Município (2006, 2007)

Município	Índice de Desenvolvimento das Famílias (2006)	Índice de Desenvolvimento das Famílias (2007)
Bocaiúva	0,55	0,56
Engenheiro Navarro	0,55	0,55
Francisco Dumont	0,53	0,52
Guaraciama	0,55	0,55
Olhos-d'Água	0,53	0,54

Fonte: MDS, 2006.

Quando se analisa os dados comparativamente entre 2006 e 2007, nota-se que o único município que apresentou decréscimo neste indicador foi Francisco Dumont, e Guaraciama e Engenheiro Navarro permaneceram nos mesmos patamares. Destaca-se que os municípios com maior receita líquida per capita apresentam os piores índices de desenvolvimento das famílias, ou seja, Olhos d'Água e Francisco Dumont.

Quando se decompõe o IDF em suas seis dimensões, pode-se ter ideia de qual dimensão corrobora para o aumento ou para o recuo do índice em cada município. Desta feita, quando se analisa tais dimensões, pode-se entender qual dinâmica se processa em âmbito municipal de melhor forma ou de pior forma.

Na tabela 5 estão os dados referentes às dimensões que compõem o IDF nos municípios da microrregião de Bocaiúva nos anos de 2006 e 2007. Quando se analisa o IDF a partir de seus subíndices, nota-se que a dimensão que se apresenta com índice mais baixo é a dimensão *Acesso ao Trabalho*, que em todos os municípios apresenta valores abaixo de 0,30. Destaca-se que na dimensão *Acesso ao Trabalho*, o município que apresenta melhor desempenho é Olhos-d'Água, com 0,27. Os indicadores que também apresentaram valores inferiores ao IDF geral são *Acesso ao Conhecimento e Disponibilidade de Recursos*.

Por sua vez, o indicador que apresenta o melhor desempenho na composição do IDF em todos os municípios na microrregião analisada é a dimensão *Desenvolvimento Infantil*. Neste âmbito, todos os municípios analisados exibem índices superiores ao valor de 0,90, portanto, neste quesito, os municípios mostram alto desenvolvimento infantil. Outra dimensão que apresenta bom desempenho é *Condições de Habitação*, uma vez que todos divulgam valores superiores a 0,68 em 2007, condições que se repetem na dimensão de ausência de vulnerabilidade, em que todos os municípios, exceto Guaraciama, apresentam valores superiores a média geral do IDF.

Tabela 5: IDF por Dimensões em 2006 e 2007

Municípios	Vul. 2006	Vul. 2007	Conh. 2006	Conh. 2007	Trab. 2006	Trab. 2007	Rec. 2006	Rec. 2007	Inf. 2006	Inf. 2007	Hab. 2006	Hab. 2007
Bocaiúva	0,68	0,68	0,36	0,37	0,18	0,21	0,37	0,37	0,94	0,95	0,77	0,78
Engenheiro Navarro	0,71	0,72	0,33	0,34	0,19	0,19	0,40	0,40	0,92	0,92	0,73	0,73
Francisco Dumont	0,70	0,53	0,30	0,32	0,15	0,14	0,35	0,33	0,93	0,94	0,73	0,72
Guaraciama	0,73	0,73	0,39	0,39	0,12	0,09	0,37	0,38	0,95	0,96	0,74	0,74
Olhos- d'Água	0,70	0,71	0,27	0,28	0,27	0,28	0,37	0,38	0,91	0,92	0,67	0,68

Fonte: MDS, 2006.

Um fator positivo a ser destacado é o fato de os municípios terem, em sua maioria, aumentado, ou mantido, os índices de Desenvolvimento Familiar em 2007, quando comparado com os de 2006. A exceção desta “regra” é o município de Francisco Dumont, que, principalmente na dimensão da Ausência de Vulnerabilidade, teve um decréscimo acentuado do índice, passando de 0,70 para 0,53.

## Considerações Finais

O desenvolvimento social, visto a partir da perspectiva que aqui o tratamos, requer que sejam estendidas as melhorias socioeconômicas, culturais e políticas a todos, aumentando, assim, a qualidade de vida e

buscando cada vez mais a diminuio das desigualdades. Se o que a pobreza propicia s3o as privaçoes, pensamos ser de grande relev3ncia a adoço3o de mecanismos para que tal problem3tica seja combatida e resolvida. Sob esta 3tica, pelo fato de a pobreza demarcar uma s3rie de limitaçoes e escassez, como a falta de moradia, alimentaço3o, vestu3rio, educaço3o de qualidade, possibilidade de uma melhor qualificaço3o para que sejam alcançados melhores empregos, etc., a vemos como um entrave para o desenvolvimento social.

Tivemos como intença3o mostrar que, com o desenvolvimento social, a transformaço3o ocorrida 3 qualitativa, n3o t3o somente quantitativa. O crescimento da economia, a partir da especializaço3o da industrializaço3o, constitui-se como um dos meios para se alcançar o desenvolvimento, na medida em que, por interm3dio dele, possam ser aumentadas as capacidades de cada pessoa lutar contra a precariedade e a privaço3o, por3m s3o o aumento da renda nacional n3o 3 suficiente se n3o houver uma pol3tica de distribuio3o adequada. Desse modo, estabelecemos, neste artigo, a comparaço3o entre os munic3pios da microrregi3o de Bocai3va tendo em vista os 3ndices do IDF.

Na an3lise dos dados, vimos que os munic3pios da microrregi3o t3m melhorado as condiçoes sociais das fam3lias, por3m apresentam dados muito regressivos quando se considera as dimens3es de acesso ao trabalho, conhecimento e recursos. Os melhores 3ndices de acesso ao trabalho s3o Bocai3va e Olhos d'3gua, que possuem, em sua esfera produtiva, uma diversificaço3o maior. Por sua vez, as dimens3es de habitaço3o e de desenvolvimento infantil s3o, via de regra, maiores que a m3dia do IDF e superiores 3s outras dimens3es.

Sem o objetivo de esgotar a multidimensionalidade dos processos de desenvolvimento social aqui brevemente resenhados, nota-se que as pol3ticas de proteço3o infantil e de proteço3o 3 vulnerabilidade s3o prof3cuas por serem ancoradas em uma rede de proteço3o que garante renda –

via transferências governamentais – e condicionam seu recebimento ao cumprimento de avanços nos âmbitos da saúde, educação e proteção ao trabalho precoce.

Por sua vez, a capacidade de investimento e garantia de formação de capital humano é inferior à capacidade de se garantir renda via transferências diretas, sobretudo devido à trajetória histórica de negação de oportunidades aos beneficiários, visualizado no analfabetismo de adultos nas cidades da região, o que prejudica o indicador acesso ao conhecimento. Soma-se a este fato a parca capacidade econômica local e a já conhecida informalidade da economia brasileira, afetando a categoria *Acesso ao Trabalho*.

Diante destas condições, deve-se buscar a multidimensionalidade do desenvolvimento social, conjugando crescimento econômico com oportunidades sociais. Se no debate do desenvolvimento supera-se a equivalência entre crescimento e desenvolvimento, não se pode, da mesma forma, abrir mão de interligar as dimensões econômicas e sociais. Assim, entendemos que no estudo da pobreza em suas dimensões, bem como na compreensão do desenvolvimento social enquanto ampliação das liberdades, os indicadores sintéticos são uma boa alternativa na objetivação de acompanhamento das condições sociais da população, mas estes não são nada se não são acompanhados de uma interpretação apurada do que eles traduzem na realidade, e este objetivo maior requer aprofundamentos cada vez mais consistentes sobre as condições sociais da população.

## Referências

BAJOIT, Guy. Olhares sociológicos, rostos da pobreza e concepções do trabalho social. In: BALSÀ, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 31-102.

BALSA, Casimiro. Conceitos e dimensões da pobreza: uma abordagem transnacional. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 9-31.

BARROS, Ricardo P; CARVALHO, Mirela; FRANCO, Samuel. O índice de desenvolvimento das famílias (IDF). *Texto para discussão nº 0986*, Brasília: Ipea, 2003.

BEDIN, Gilmar Antonio. Estado de Direito e desigualdades sociais: uma leitura da exclusão social a partir da realidade brasileira. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006, p. 225-236.

BENDIX, Reinhard. *Construção nacional e cidadania*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996. p. 245-389. Cap. 7 e 8.

CARDOSO, Fernando Henrique. *As idéias e seu lugar*. Ensaio sobre as teorias do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1980. Introdução, cap. 1 e 2.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CARDOSO, José M. O norte de Minas Gerais: um estudo de suas transformações espaciais. In: OLIVEIRA, Marcos F.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *A formação econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

CASTEL, Robert. Classes Sociais, Desigualdades sociais, exclusão social. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 63-77.

ESTIVILL, Jordi. A face não reconhecida da sociedade: o debate conceptual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina. In: BALSA, Casimiro; BONETI, Lindomar W.; SOULET, Marc-Henry (Orgs.). *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social: uma abordagem transnacional*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006. p. 103-139.

FIORI, José L. *Em busca do dissenso perdido: ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado*. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS*. Versão 2009. Disponível em: <[www.datagerais.mg.gov.br/site/int\\_download.php](http://www.datagerais.mg.gov.br/site/int_download.php)>.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Informativo CEI: PIB Minas Gerais, municipal – 2002 – 2006*. Belo Horizonte, dez. 2008.

FURTADO, Celso M. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 32. Ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2005.

IVO, Anete B. L.. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. In: *Cad. CRH* [online]. 2008, vol. 21, n. 52, p. 171-180.

KLIKSBERG, Bernardo. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo, Cortez; Unesco, 2001.

KUGELMAS, Eduardo. Revisitando o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 63, 2007.

MARX, Karl. *O capital* (livro 1: o processo de produção do capital). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Matriz da Informação Social – MIS. 2006. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/index.php>>.

OLIVEIRA, Marcos F.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *A Formação econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. *Manual de capacitação e informação sobre gênero, raça, pobreza e emprego: Módulo 1*. Brasília: OIT, 2005.

PAUGAM, S. Pobreza, exclusão e desqualificação social. In: VERAS, M. P. B. (Org.). *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ., 1999.

RODRIGUES, Luciene. A formação econômica do norte de minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos F.; RODRIGUES, Luciene (Orgs.). *A formação econômica do norte de Minas*. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2000.

SARTORI, Giovanni. Comparación y Método Comparativo. In: MOLINO, L.; SARTORI, G. *La comparación en las ciencias sociales*. Madri: Alianza Editorial, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2004. p. 13-29.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. Parte 1.

Recebido em: 21/9/2009

Aceito em: 14/1/2010